

CONCEPÇÕES DE AUTONOMIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO PEDAGÓGICO

Luís Síveres*

RESUMO

A sociedade atual segue num processo histórico de constantes mudanças em diversos setores e estas transformações influenciam diretamente as reflexões a respeito da função da educação. Nesse contexto acredita-se, de acordo com Freire (2003), que educar é promover a integração do homem como indivíduo que transforma e não se acomoda, dessa forma, entendido como um ser inconcluso deverá estar sempre envolvido em suas buscas. A partir disso, sustenta-se uma discussão sobre autonomia numa perspectiva educacional, considerando que como seres inconclusos, críticos, reflexivos e curiosos estamos desejosos e em construção constante, de capacitação para intervir diante de escolhas próprias, num contexto de relações. Para consubstanciar estas ideias apóia-se em Contreras (2002), ao referir-se a autonomia com o sentido de superação dos limites de parâmetros pedagógicos pré-estabelecidos e rígidos, para a efetivação da construção de um direcionamento pedagógico mais coerente com as dinâmicas teóricas e práticas que emergem no cotidiano escolar, revelando-se num processo constante, que envolve a compreensão do que dificulta a transformação dos aspectos sociais e institucionais do ensino, bem como a consciência pessoal.

Palavras-chave: Autonomia. Processo pedagógico. Educação Física.

* Prof.Dr. no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília

INTRODUÇÃO

No contexto mundial contemporâneo, dinâmico, diverso e em grande ebulação nos setores político, econômico e social, comprehende-se que as pessoas e, principalmente, os professores, estejam atentos às mudanças que repercutem em vários aspectos da vida. A função do processo educativo, nesse cenário, necessita despertar nos estudantes a busca por uma postura reflexiva e crítica, a qual lhes permitam o exercício da escolha criteriosa e a atitude de assumir suas próprias autorias na interação com os demais e com a sociedade. A perspectiva de construção do conhecimento, de acordo com esta função, marca a práxis educativa com um processo pedagógico de autonomia que tem a possibilidade de se concretizar nas relações cotidianas de ensino e aprendizagem.

Percebe-se, porém, que grande parte das questões educacionais atualmente advém de uma postura impositiva de educação, que de acordo com as ideias de Freire (1992), não permite a discussão e o debate. Pelo contrário, nela ditam-se regras e condutas, discursam-se conteúdos, não se dialoga, não se trabalha com o estudante, mas sobre ele, submete-se o estudante a uma ordem que o estimula a acomodar-se, não se propiciam os meios para o pensar com autenticidade, pois para que o mesmo ocorra, exige-se reinvenção, ou seja, esforço de busca e recriação.

Nesse sentido, comprehende-se a importância de problematizar o modelo de educação que acomoda e promove a exacerbção das dependências na construção dos saberes e nas tomadas de decisão. É salutar a tentativa de buscar elucidar proposições que viabilizem aos professores, juntamente com os estudantes, questionarem de maneira crítica e corajosa sua realidade, suas concepções e seus saberes, em confronto dialógico uns com os outros, predispondo-se às constantes revisões e renovações.

Em concordância com essa perspectiva educacional, insere-se a autonomia como um processo que permeia a relação entre professor e estudante. Em seu sentido etimológico autonomia significa o poder de dar a si a própria lei. A concepção iluminista faz referência à autonomia como libertação do homem da religião, da política (Antigo Regime) e da tradição por meio da razão, que produz evidências empíricas e matemáticas. Portanto, o indivíduo deve pensar por si mesmo e admitir apenas o que discerne a partir da razão e da experiência.

Os ideais iluministas vislumbravam um ser livre, mas a má interpretação dessa autonomia estabeleceu o individualismo sobreposto ao ser social e coletivo. Assim, utilizam-se as ideias de Freire (1987, *apud* ZATTI, 2007, p. 64), para esclarecer que o que promove a iluminação e também a autonomia, não é a razão, e sim a ação e a reflexão dialética sobre a realidade, acreditando que cabe à educação formar um sujeito crítico, que enquanto tal seja capaz de se libertar e se emancipar da condição de menoridade. Dessa forma, esse autor menciona a necessária iluminação sobre a realidade que deve ser feita em conjunto por professores e estudantes para desvelar a obscuridade da realidade em direção à libertação das relações de opressão advindas da realidade social injusta, causadas pelo sistema capitalista.

Interessa saber que a autonomia refere-se, segundo Contreras “[...] a uma busca e um aprendizado contínuos, uma abertura à compreensão e à reconstrução contínua da própria identidade profissional, ou de sua maneira de realizá-la em cada caso”. (2002, p. 199). Além disso, vincula-se com a maneira pela qual se interpreta a relação social e os propósitos voltados para ela, e o que se pretende no campo educacional. Para se aspirar a uma relação de autonomia, é preciso que a educação tenha um

caráter não impositivo e que ela seja vista como deliberação reflexiva e como construção permanente de relações significativas.

Reconhece-se a necessidade de refletir sobre a concepção de educação e de autonomia para situar as características do processo pedagógico, por acreditar, assim como Freire, “[...] que entre nós, a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude”. (1992, p. 101). Com a intenção de permear o processo pedagógico pelo diálogo entre professores e estudantes, o qual os situa em uma relação democrática, sem os igualar, percebendo-se que ambos devem manter suas identidades e desenvolverem-se juntos ao defendê-las. Assim, cada um se assume de acordo com suas próprias convicções, suas competências e seus projetos.

Com base nessas reflexões apresenta-se um estudo, de caráter qualitativo e exploratório, no qual está se objetivando investigar as concepções de autonomia na relação entre professores e estudantes de Educação Física - licenciatura. No caminho percorrido para a coleta de informações, utilizou-se da entrevista semi-estruturada, aplicada a vinte e quatro participantes, dentre estes oito professores e dezesseis estudantes de um curso de graduação de uma Universidade em Brasília.

PROCESSO PEDAGÓGICO

Historicamente e de acordo com as transformações político-sociais, a educação sinaliza mudanças, que possam suprir as exigências desses novos contextos. Atualmente, essas mudanças são constantes, diante das inúmeras emergências que surgem a partir das inquietações do setor social. A educação passa por situação inovadora e, para sobreviver, Rogers (1977) propõe, como objetivo, facilitar a mudança e a aprendizagem. Para este autor, o indivíduo que aprendeu a aprender é o único que se educou; que aprendeu como promover a adaptação e a mudança; e que foi capacitado a entender que é apenas no processo de buscar conhecimento, que se propicia um alicerce de segurança. Coloca-se desde já, a mudança como foco principal para o qual a educação deveria imprimir seus esforços.

Importa evidenciar nessa discussão, que o papel da educação é despertar no estudante, a busca da resolução das problematizações que se apresentam conectadas à sua realidade, através da reflexão e da ação, criticamente compreendidas. Nesse contexto, Morin (2000) diz que se configura como função da educação, favorecer a potencialidade natural da mente em elaborar e resolver problemas essenciais e, conjuntamente, fomentar a utilização da inteligência geral. Para que ocorra esta utilização total, o autor relata como requisito a liberdade do exercício da curiosidade, que é a faculdade de maior expansão desde o início da vida e que se torna restringida ou extinta pela instrução, a qual deveria fomentá-la. Assim, a educação apresenta-se com um caráter libertário, que fundamentalmente desperta o ser para uma atitude de curiosidade em sua interação com o mundo. Voltado para o cultivo desse despertar, Freire (2005) recomenda o estímulo ao pensamento reflexivo e atitudes verdadeiras das pessoas sobre o mundo, de acordo com suas potencialidades, como indivíduos que se tornam autênticos na busca e na transformação que cria.

Para explicitar melhor essa busca, precisa-se entender que o ser humano é um ser inconcluso, o que se configura como a raiz da educação. E, segundo Freire (2003), esta é a permanente busca do ser humano, na perspectiva do homem encontrar-se em reflexão a respeito de si mesmo, num certo momento e realidade, querendo ser mais, e descobrindo-se inacabado. Dessa forma, o citado autor alerta que a

educação confere ao homem, que é sujeito de sua educação, a busca de seu próprio conhecimento. Aqui, confere-se ao indivíduo em mudança, por se perceber inacabado, a ação de buscar e elaborar seu próprio saber.

Numa visão de educação, que pressupõe as possibilidades de escolhas, consubstancia-se, segundo Freire (2003), que a finalidade da educação deve ser o fomento à opção e à afirmação do homem como homem, ou seja, a integração desse ser e as transformações por ele promovidas, e não sua acomodação. Pois, a educação que adapta a pessoa, mata suas potencialidades de ação. Enquanto a educação que instiga a reflexão crítica, o questionamento, a construção, a desconstrução e a tomada de decisão, não restringe o indivíduo à adaptação.

Assim, afirma Morin que “[...] o dever principal da educação é de armar cada um para o combate vital para a lucidez”. (2000, p. 33). É esta característica elucidativa da educação, que desvela o que ainda está oculto e o que ainda não se conhece, que fornece o aparato necessário para a pessoa intervir em sua relação com o mundo para transformá-lo. Para viabilizar esta lucidez, entende-se, de acordo com Freire (2005), que todos os homens precisam ter o direito de serem senhores de suas buscas, independentemente de qual seja a situação. É, portanto, tomando suas decisões que o homem se educa e desvela sua realidade e uma dessas oportunidades é vivenciando a autonomia.

CONCEITO DE AUTONOMIA

Para discutir autonomia numa perspectiva educacional, é necessário considerar que como seres inconclusos, críticos, reflexivos e curiosos estamos desejosos e em construção constante, de capacitação para intervir diante de escolhas próprias, num contexto de relações. Esta acepção entra em concordância com Gadotti, ao afirmar que “a educação só tem sentido na medida em que é concebida como ação visando à participação e a autonomia” (1995, p. 147). Entende-se, portanto, que a participação e a autonomia estão inseridas no processo educativo como forma de concretizá-lo e dar-lhe significado.

Com o objetivo de consubstancializar um sentido de autonomia, Contreras relata que, “[...] enquanto emancipação, a autonomia suporia um processo contínuo de descobertas e de transformação das diferenças entre nossa prática cotidiana e as aspirações sociais e educativas de um ensino guiado pelos valores da igualdade, justiça e democracia”. (2002, p. 185). Assim, a autonomia denota o sentido de superação dos limites de parâmetros pedagógicos pré-estabelecidos e rígidos, para a efetivação da construção de um direcionamento pedagógico mais coerente com as dinâmicas teóricas e práticas que emergem no cotidiano escolar, revelando-se num processo constante, que envolve a compreensão do que dificulta a transformação dos aspectos sociais e institucionais do ensino, bem como a consciência pessoal.

Referindo-se a uma concepção dinâmica de autonomia, Contreras (2002), afirma que a autonomia não pode ser vista como uma questão exclusiva de um juízo próprio, elaborada num diálogo em sala de aula. Como processo de busca e elaboração constantes, precisa-se alimentar essa busca, através da análise da própria prática, das justificativas que dão suporte às decisões e dos contextos que as delimitam. Entende-se, então, a autonomia como a independência intelectual justificada pela concepção de emancipação pessoal da autoridade e do controle repressivo, da superação dos sustentáculos ideológicos ao colocar em questão, de forma crítica, nossa concepção de educação e sociedade. O que

atribui à autonomia a perspectiva da possibilidade de oportunizar e considerar, tanto as convicções como as inseguranças na atividade do profissional, com o propósito de enfrentá-las e questioná-las.

A autonomia, numa perspectiva geral, não está relacionada ao isolamento ou à autosuficiência. Na verdade, retomando Contreras (2002), o desenvolvimento da autonomia se dá num lócus de relações, portanto, faz referência a um modo de se estabelecer relações. É importante, no entanto, atentar que o desejo de obter justiça, igualdade e participação social, levam a uma forma de compreender a autonomia como a busca de modos de relação que tenham essas qualidades, assim como, a denúncia e a resistência à exclusão, à dominação e à injustiça recorrentes no meio social e nas relações e instituições escolares.

Corroboram-se às ideias, até então explanadas, sobre o contexto relacional de autonomia, os referenciais de Moraes (2008), onde aborda que através da autonomia, o ser humano expressa a capacidade de estabelecer relação e auto-organização com o que está ao seu redor, sabendo-se que por meio de trocas e intercâmbios, o sistema vivo introjeta tudo que é necessário para sua existência. Assim, absorve o que lhe dá a autonomia que necessita, para encaminhar suas vivências e dar conta de seus processos. A partir das considerações da citada autora, fica claro que a autonomia depende de processos de auto-organização elaborados no sistema vivo, entendendo-se que no contexto educacional, é através das interações com a realidade em que vive o estudante, que este se constrói como um sujeito autônomo.

Os professores e os estudantes se auto-organizam em função de criarem meios para resolver suas questões vivenciais e para interagir com o contexto no qual se inserem, escolhendo e decidindo, numa relação dinâmica de intervenção, construindo um processo de ensino e aprendizagem fomentador de transformações. Nessa linha de pensamento, Contreras cita que “[...] a autonomia tanto faz referência a uma disposição de encontro pedagógico, como a qualidade e à consequência deste”. (2002, p. 200). Entende-se assim, que a autonomia tem um sentido de processo contínuo, que se origina na busca do encontro pedagógico e se propaga em todas as interações que resultam dessa disposição de estar com os outros.

Também contribuem para esclarecer que a autonomia é uma dinâmica de relação, com base na contribuição de Burbules e Rice (1991, *apud* CONTRERAS, 2002), quando destacam que as qualidades dessa relação é que possibilitam o seu desenvolvimento, e dentre essas qualidades, encontra-se o diálogo e a compreensão e mais especificamente na atuação educativa, a negociação e o equilíbrio de posições. Por conta disso, Demo (2009), esclarece que quando a relação pedagógica se reduz a aula prevalece o instrucionismo, enquanto na relação autêntica, o objetivo é a autonomia do estudante, posicionando-o no centro do processo de aprendizagem, pois, não se aprende na condição de objeto, mas como sujeito.

Percebe-se que a reflexão crítica acerca do posicionamento de professor e estudante, na relação educativa, é fator determinante para uma participação ativa na busca da autonomia de ambos na sociedade e na vida pessoal, e para que isso ocorra, além de outros fatores, é necessário o distanciamento reflexivo e crítico dos professores. Pressupõe-se, ainda, que a autonomia profissional questiona o sentido educativo das práticas dos professores e dos estudantes. Considerando, também, segundo Contreras (2002), a presença da parcialidade na resposta a esta questão, ou seja, de sua incompletude, pois a consciência de nossa insuficiência está inserida na autonomia, o que requer uma amplitude maior de nosso entendimento e busca de relação com os outros, de outros posicionamentos e outras parcialidades.

Como já afirmou Freire “Saberei tão melhor e mais autenticamente quanto mais eficazmente construa minha autonomia em respeito à dos outros [...]” (1996, p. 94), estabelecendo a dependência entre as autonomias dos sujeitos no processo de ensino e aprendizagem, para que as mesmas se tornem eficientes. Também demonstra a impossibilidade da construção da autonomia de cada um, sem a construção da autonomia do outro.

Entende-se, enfim, que o processo de autoconhecimento do profissional se origina e retorna ao contexto das relações, configurando-se num lócus de tentativa de desenvolvimento das nossas convicções e recursos como professores. Assim, necessário se faz, conforme Contreras (2002), conseguir se ver de fora, de outros pontos de vista, ou a partir da experiência de relacionamento com as pessoas e de nosso entendimento ou não dos outros. Cientes, de acordo com este autor, que o sentido de autonomia está ligado a um processo dinâmico de significação e construção pessoal de nossa identidade como profissionais, e que esta significação e construção, apenas podem realizar-se no contexto da própria realidade profissional.

DESCRIÇÃO DOS DADOS

O estudo, de caráter exploratório, levou em conta professores e estudantes. A maioria dos professores entrevistados encontra-se numa faixa etária entre quarenta e um e sessenta anos, sendo que apenas um participante possui mais de sessenta anos e outro menos de quarenta anos; quatro destes têm mais de quinze anos de atuação no ensino superior, dois possuem de 10 a 15 anos e dois menos de 10 anos. Quanto ao gênero, cinco são do sexo masculino e três do sexo feminino e em relação à formação acadêmica máxima, cinco possuem mestrado na área de Educação Física, dois possuem doutorado, e um possui especialização. É relevante assinalar que os cursos de aperfeiçoamento da maioria dos professores estão no campo da educação e da pedagogia, associados à Educação Física. Os estudantes participantes desse estudo estão em sua grande maioria numa faixa etária entre 18 a 30 anos, sendo seis do sexo feminino e dez do sexo masculino, matriculados no 2º, 3º, 5º ou 6º semestre, nos turnos matutino ou noturno.

Como forma de garantir a confidencialidade dos entrevistados e sistematizar a referência de suas falas, nomeou-se os professores com a letra P, acompanhada de um número de 1 a 8 e os estudantes com a letra E, seguida de um número de 1 a 16.

Emergem das considerações tecidas pelos professores concepções de autonomia na relação entre professor e estudante como perspectiva de troca, expressão de pensamentos próprios, escolha e decisão, aproximação, abertura, autenticidade e união de experiências.

Há professores que se referem à autonomia como troca “baseada nas informações que são desenvolvidas entre professor e aluno, ou seja, há um respeito em relação à aprendizagem e a vivência do professor em relação ao aluno e vice-versa” (P1). Nesse contexto, é ressaltada a importância de se considerar o conhecimento e as vivências trazidas pelo estudante, para somar aos conteúdos já programados a serem repassados em sala de aula. Inserida nessa concepção, a autonomia é considerada também como uma relação de troca entre professor e estudante, a partir da visão de que “autonomia é um processo de construção de conhecimento entre professor e aluno, onde o professor é capaz de verificar se aquele aluno conseguiu aprender e o aluno também é capaz de demonstrar, de alguma maneira, o que ele

aprendeu além do que o professor ensinou” (P3). De acordo com essa concepção, a autonomia expressa a capacidade do estudante em demonstrar não só o que aprendeu em sala de aula, mas o quanto ele foi capaz de buscar fora desse espaço acadêmico.

Outra concepção de autonomia na relação entre professor e estudante está associada à expressão de sugestões e pensamentos próprios, de acordo com o contexto, no qual está inserido. Conforme essa perspectiva, a autonomia “são possibilidades que eu [...] propicio ao aluno; é um processo que ele fique à vontade pra poder expressar aquilo que ele acha na sua concepção pessoal daquela temática, do que está sendo abordado naquele momento” (P4). A autonomia é concebida como a permissão e a motivação ao estudante para falar e expor suas opiniões.

Aliada a essa ideia, emerge a concepção de autonomia relacionada a atitudes e comportamentos na relação de ensino e aprendizagem, que não sejam direcionados pelo professor a fazer o estudante executar apenas suas proposições. Propõe-se que haja um consenso, onde o estudante realmente participe e exerça a sua autoria

Alguns professores concebem a autonomia na relação com o estudante como uma questão de escolha e de decisão. Essa visão aparece quando a autonomia é considerada como o poder do estudante em, mediante orientação do professor, decidir a respeito do que cursar; e quando considera relacionada à liberdade do professor em escolher suas condutas e decidir sobre o direcionamento do seu trabalho.

A autonomia também é concebida como o ensino através de uma metodologia que proporciona a aproximação entre o estudante e o professor. Nessa perspectiva, conforme um dos relatos é “muito importante o professor em sala de aula, saber que a aula que ele está ministrando é para a turma e não é para ele próprio” (P7), cabendo ao professor buscar a participação do estudante e atentar para as dificuldades, interesses, facilidades e para o retorno de aprendizagem do estudante. Vislumbrando-se a aproximação na relação entre professor e estudante como concepção de autonomia, encontra-se associada a essa ideia a interação com o estudante, voltada para o interesse pelo estudante e pelo que está à sua volta, dentro e fora da sala de aula.

É inserida pelos professores, uma concepção de autonomia ligada à abertura e à autenticidade, quando na relação vem para possibilitar ao professor e ao estudante falarem abertamente o que pensam e o que sentem. A autonomia na relação entre professor e estudante, é referida como:

Uma relação aberta entre os dois, de maneira tal que o aluno possa falar abertamente aquilo que ele pensa; o professor também possa falar abertamente aquilo que ele pensa e os dois têm um grau de maturidade pra entender, que ali é uma relação de duas pessoas iguais com saberes diferentes e com experiências diferentes; que os dois vão estar aprendendo, cada vez que os dois estiverem se encontrando (P2).

Na concepção de autonomia como a “união de duas experiências na relação professor-aluno” (P6), primordialmente, o professor teria que dar os primeiros passos para o exercício da autonomia, mostrar algo de sua vivência aliada ao seu conhecimento. Unindo-se a isso, a capacidade de estudo do estudante e sua vivência, confrontada com uma experiência diferenciada do professor.

Os estudantes, em sua maioria, tendem a considerar a autonomia na relação com o professor como liberdade e como busca, permeando também sua concepção como aproximação, descoberta, decisão e troca.

A concepção de autonomia relacionada à liberdade envolve “a liberdade do professor dar sua opinião sobre o assunto; o aluno teria essa mesma liberdade e ambos podem expressar seus pontos de vista, respeitando-se” (E7); pode ser também, “a liberdade de escolher a melhor maneira de ensinar; e nessa relação, cabe ao aluno dizer o que pensa, isso sem ignorar o ponto de vista do professor” (E8), cabendo ao professor direcionar a relação com o estudante; e o livre acesso ao professor que “é perceptível quando o professor expõe um assunto e eu tenho autonomia de debater com ele esse assunto, principalmente, se eu tenho dúvida” (E2). A liberdade torna-se, assim, um atributo necessário à autonomia.

Concebida como busca a autonomia é associada à ideia de busca de conhecimento do estudante, onde “o professor estimula essa busca, sendo que o aluno pode discordar do que é proposto, desde que, para isso ele esteja fundamentado” (E4); é ainda, “uma busca, não individual de conhecimento” (E6); e a “autonomia do aluno em relação ao professor, seria ele buscar mais e a do professor em relação ao aluno, seria ele instigar mais o aluno a buscar” (E14), pois no processo de autonomia o professor é apenas uma referência. Nessa perspectiva é sinalizado que o grau de dependência do estudante em relação ao professor, atualmente, é grande e em decorrência disso os estudantes não questionam, não fazem diferente do que é apresentado pelo professor. Sendo que a autonomia na relação entre professor e estudante, é o estudante poder fazer algo com o auxílio do professor. É proposto que o professor não dê tudo pronto e que se discutam as ideias de autores que podem até ser contrárias.

A autonomia é considerada também como “uma relação de aproximação que permite ajuda” (E3), na qual o professor, inicialmente busca essa aproximação do estudante. De acordo com essa visão, a autonomia é a aceitação das diferenciações e das capacidades de cada estudante, e da diversificação de ensino dos professores, como forma de ajuda entre ambos. Além disso, é importante considerar que “a relação professor-aluno precisa ser a mais próxima possível, para adquirir conhecimento” (E6).

Conforme as contribuições dos estudantes, é prioritário entender que as evoluções do contexto educativo acontecem de forma lenta e que a formação de professores, ainda não promove a autonomia. Assim, acreditam que o processo de mudança da formação de professores depende da efetivação da autonomia, a qual é concebida como descoberta orientada, relacionada ao:

professor fazer com que o aluno desenvolva seus próprios mecanismos de aprendizagem, uma descoberta orientada, respeitando os canais de aprendizagem do aluno; o professor ter mecanismos para fazer com que o aluno desenvolva seu processo de aprendizagem, independente, mas em relação com os outros e com o professor (E11).

Outra concepção de autonomia na relação entre professor e estudante, refere-se ao poder de decisão do estudante em relação ao que fazer com as informações transmitidas pelo professor, onde o estudante as recebe já sistematizadas e melhor elaboradas pelo professor, para aplicá-las como retorno à sociedade e à família. Intrínseco a esse pensamento, é importante saber que “o professor tem que estar

apto a sentir que ele tem autonomia de, naquele momento sair daquele planejamento, mas tendo a situação com certo controle, nem controle demais, nem de menos, senão a autonomia do aluno acaba se perdendo” (E12). Assim, fica claro que “a educação não pode ser somente técnica e de conteúdo [...] as falas, as ações, os gestos dos professores se tornam referências” (E12), que reforçam ou restringem o poder de decisão dos estudantes.

Como troca de conhecimentos, a concepção de autonomia na relação entre professor e estudante é sistematizada em três etapas interdependentes:

No momento em que o professor põe suas normas e regras perante a aula, mas também deixa um espaço livre para o aluno; e aí vem a segunda etapa, que é onde o aluno também expõe todas as suas dúvidas e também coloca as dúvidas para o professor, porque o professor não é o detentor de todo o saber, então, em alguns momentos o aluno também coloca dúvidas pra ele; e um terceiro momento, que é quando aluno e professor, os dois se conciliam naquelas questões, na qual o aluno tenha dúvidas e o professor tenha dúvidas, e eles se conciliam na troca de informações (E16).

Encontram-se concepções similares de autonomia nas falas de professores e estudantes referentes às considerações sobre troca, decisão e aproximação. Quando há troca existe espaço para questionamentos, críticas e dúvidas, portanto o conceito de troca como concepção de autonomia é similar para professores e estudantes por conta de considerarem que nesta se pode compartilhar saberes, incertezas e vivências, para destas emergir um conhecimento elaborado por ambos. A perspectiva de decisão é similar pela realização de opções do estudante sobre o que estudar e o que fazer com os conhecimentos aprendidos. Concebe-se assim a autonomia como o poder de decidir o que aprender e como aplicar o que foi repassado pelo professor.

A semelhança do conceito relativo à autonomia como aproximação está no fato de professores e estudantes considerarem que o professor deve dar importância aos interesses, habilidades e diferenças próprias de cada estudante para propiciar interação e auxílio no processo de aprendizagem. Acredita-se que a proximidade facilita a busca do conteúdo e a participação do estudante.

Também são similares os discursos relativos às ideias dos professores de possibilidade de expressão de opiniões próprias e dos estudantes de liberdade. Ambos atribuem para a autonomia um sentido de possibilidade de emitir um parecer sobre determinado assunto, respeitando-se mutuamente as sugestões de um e do outro. O professor tem a liberdade de deliberar a respeito de como conduzir o processo educativo, aliada à permissividade do estudante de poder expressar seus pensamentos e escolhas. Enfim, professores e estudantes podem decidir o que construir no processo de ensino e aprendizagem respeitando suas próprias convicções.

ANÁLISE DOS DADOS

Com base na análise dos dados, percebe-se que as concepções de autonomia relatadas pelos professores expressam as possibilidades de professores e estudantes, em permissão de troca e abertura, construirão o conhecimento e suas convicções pessoais e profissionais em interação, desenvolvendo autenticidade num processo de escolhas e decisões que direcionam a práxis pedagógica. Nessa perspectiva Contreras (2002), relata que se relaciona à autonomia tanto a disposição para o encontro educativo quanto a qualidade do que pode advir dele. Portanto, acredita-se que a autonomia refere-se a um processo contínuo, oriundo da busca do encontro pedagógico que permeia todas as interações que resultam dessa disposição de estar com os outros.

Assim, professores e estudantes podem se posicionar abertamente, expressarem seus próprios pensamentos e nortearem suas reflexões e ações, valorizando as vivências e os conhecimentos dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem. Com isso quer se corroborar as ideias de Contreras (2002), de que a construção da autonomia se processa num lócus de relações, portanto, refere-se a uma maneira de construir as relações.

A concepção de troca nos permite inferir que ambos, professor e estudante, estão aptos e desejosos de interferir ativamente no encaminhamento da relação e de tudo o que possa decorrer dela. Conforme Moraes (2008), o ser humano por meio da autonomia exerce a expressão de sua capacidade de desenvolver relação e auto-organização com o que está ao seu redor, consciente que é através das trocas e das interações que o sistema vivo internaliza tudo que é necessário para manter sua existência. Para que isso se processe e proporcione a autonomia é necessário elaborar suas vivências e dar conta de seus processos. Portanto, segundo esta autora, comprehende-se que a construção da autonomia está interligada a processos de auto-organização desencadeados no indivíduo, implicando no cenário educacional, que é através das interações com a realidade em que vivem, que professor e estudante, constroem-se juntos como sujeitos autônomos.

Os estudantes associam à autonomia a concepção de liberdade de pensamento auxiliada pelo professor e a busca não isolada de conhecimento, que extrapola o ensino da sala de aula, o planejamento do professor e suas proposições, e toda uma situação de dependência para aprendizagem. Pressupõe-se, assim, conforme Freire (2005) que todos os indivíduos necessitam deter o direito de tornarem-se senhores de suas buscas, não importando qual seja o contexto de sua realidade.

Para um melhor esclarecimento desse posicionamento recorre-se a Freire (2003), que diz que se precisa compreender que o ser humano é um ser inconcluso e que se configura como a raiz da educação, a incessante busca do ser humano na perspectiva do homem encontrar-se em reflexão a respeito de si mesmo, num determinado momento e situação, desejando tornar-se mais, e reconhecendo-se inacabado. Para tanto o autor esclarece que a educação confere ao ser humano, que se posiciona como sujeito de sua educação, a busca da elaboração de seu próprio conhecimento, conferindo ao indivíduo em mudança, que se percebe inconcluso, a atitude de buscar e construir seu próprio saber.

A ideia de liberdade que emerge da fala dos estudantes, não é confrontadora da autoridade do professor, mas confirmadora de uma autoridade real que permite um posicionamento coerente e verdadeiro do professor ao trabalhar um assunto; permissiva de acesso ao professor e da discussão com ele; e permissiva também, do poder do estudante em opinar e expressar o que realmente pensa.

Entende-se que para se manter um equilíbrio na relação, necessita-se de liberdade e de proximidade, cabendo ao professor, de acordo com Libâneo (2010), a convicção em apoiar o estudante na perspectiva de refletir criticamente sobre os conteúdos trabalhados em aula e de atuar de maneira questionadora e transformadora frente ao contexto real que se apresente.

A concepção de autonomia como proximidade presente no discurso dos estudantes convida a perceber que a relação de autonomia é de proximidade e de auxílio mútuo, de bom senso na aceitação da convivência com as diferenciações e diversidades pessoais, de personalidade, de capacidades, de formas de ensino e aprendizagem de estudantes e de professores. Portanto, como já alertou Freire (1996), a construção da própria autonomia é proporcionalmente melhor e mais autêntica quanto mais eficientemente essa construção respeite a autonomia dos demais, estruturando a interdependência entre as autonomias dos sujeitos do processo educativo, para que estas se desenvolvam de maneira eficiente. Entende-se, assim, que a proximidade de estudantes e professores é imprescindível para se conceber a construção da autonomia, pois sem ela os sujeitos não se reconhecem e não se aceitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações dos participantes desse estudo embasam uma concepção de autonomia que se configura numa busca de professores e estudantes em tornarem-se capazes de deliberar suas próprias escolhas de forma não isolada, mas questionadora, crítica, reflexiva e coerente com suas convicções pessoais e profissionais. Porém, flexível no confronto com outros pontos de vista, através de uma participação política e social ativa construída num contexto dialógico, com o intuito de criar um conhecimento que irá mediar as relações educativas.

A construção da relação autonômica no processo educativo requer proximidade entre professor e estudante. A proximidade é facilitadora desse tipo de relação, ou seja, ela viabiliza a construção da autonomia no processo educativo, propiciando a troca de conhecimentos e experiências.

Compreende-se que em situação de troca entre professor e estudante são estimulados a se auto-organizarem o tempo todo, em suas interações internas, com o meio e com os outros, estabelecendo um cenário de construção de autonomia em cada fala e comportamento expressados, em cada escolha e decisão tomadas conjuntamente.

Na relação de autonomia, as ideias de liberdade e igualdade configuram-se como fatores essenciais para a manutenção do equilíbrio de posições, assegurando os direitos e os deveres, inicialmente comunicados, de cada sujeito envolvido no processo de ensino e aprendizagem. Além de descentralizar o professor da figura de detentor do conhecimento, liberando o acesso ao conhecimento e à expressão de pensamentos. É a liberdade de ser autêntico na relação com o outro e a igualdade de valorização da presença das pessoas, que, segundo Freire (1996) ao ensinarem aprendem, e que ao aprenderem, também ensinam.

É importante ressaltar, que a perspectiva da construção da autonomia na relação entre professor e estudante tem um sentido de processamento contínuo, que se origina na busca do encontro pedagógico e se propaga em todas as interações que resultam dessa disposição de estar com os outros. A autonomia é construída e conquistada cotidianamente, num contexto de coletividade que resulta numa independência relativa dos processos de busca e elaboração do conhecimento.

Essa visão de autonomia proporciona a superação de uma situação de dependência para a aprendizagem e fundamenta uma concepção de liberdade de pensamento no processo pedagógico, auxiliada pelo professor e de busca não isolada de conhecimento, que necessariamente extrapola o ensino da sala de aula.

Assim, desenvolve-se a autonomia mediante a possibilidade da autenticidade num processo de escolhas e decisões que direcionam a práxis pedagógica, configurando uma maneira de estabelecer relações. Essa concepção nos convida a compreender que a relação de autonomia é de proximidade e de auxílio mútuo, baseada na aplicação de atitudes que requerem compreensão e politicidade na convivência com as diferenciações e diversidades de personalidade, de capacidades e de formas de ensino e aprendizagem de estudantes e de professores.

Algumas ideias são essenciais na abordagem deste estudo. Dentre elas, destacam-se a perspectiva de ensino que considera o ser humano como sujeito que detém a capacidade de construir seus próprios saberes e o entendimento da autonomia como a habilidade de pensar com autoria e autonomia.

Entende-se, enfim, que é mister considerar as relações como foco central do processo pedagógico, pois as falas que emergiram suscitam a importância da qualidade do encontro entre professor e estudante e da influência que esta proporciona na aprendizagem. As características das relações educativas são determinantes do tipo de ser humano e profissional que se deseja formar, imprimindo ao estudante a valorização de seguir as ideias alheias sem questioná-las, adaptando-se ao que já existe, ou seguir seus próprios pensamentos, de maneira crítica e reflexiva para mobilizar as mudanças necessárias em sua realidade. Assim, esse tipo de relação é que promove a construção da autonomia no processo pedagógico, favorecendo que professores e estudantes tenham consciência de sua participação ativa no processo educativo.

REFERÊNCIAS

- CONTRERAS, José. *A Autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. *Educação e mudança*. 12. ed. Editora Paz e Terra. Biblioteca Digital Paulo Freire. Biblioteca Central da UFPB, 2003.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleção questões da nossa época; v.2).
- MORAES, Maria Cândida. *Ecologia dos saberes: complexidade, transdisciplinaridade e educação: novos fundamentos para iluminar novas práticas educacionais*. São Paulo: Antakarana/WHH – Willis Harman House, 2008.
- MORIN, Edgar. *Os Sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- ROGERS, Carl. *Liberdade para aprender*. 4. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.
- ZATTI, Vicente. *Autonomia e educação em Immanuel Kant & Paulo Freire*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.